

SISTEMA DE EDUCAÇÃO É REVOLUCIONÁRIO E POPULAR

— Presidente Samora Machel no encerramento da Nona Sessão da AP

«O Sistema Nacional de Educação é revolucionário e popular nos seus princípios, nos seus objectivos e no processo da sua materialização» — salientou o Presidente do Partido FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique no seu discurso de encerramento da Nona Sessão da Assembleia Popular. Publicamos a seguir na íntegra o discurso do Chefe de Estado onde além de uma profunda análise aos vários aspectos da questão central desta Sessão da Assembleia Popular, o Sistema Nacional de Educação, se faz uma apreciação dos outros assuntos abordados nesta 9.ª Sessão.

Senhores Deputados, Senhoras Convidadas, Minhas Senhoras e meus Senhores,

Encerramos hoje quatro dias de fecunda discussão sobre questões particularmente importantes da nossa vida.

Questões que sintetizam aspectos fundamentais da dinâmica da nossa Revolução: dinâmica que se alimenta dos êxitos da nossa acção; que se enriquece na reflexão sobre o nosso passado; que se realiza na correcta organização do presente e na alegria da clara perspectiva de um futuro grandioso.

Senhores Deputados,

Nesta Nona Sessão da Assembleia Popular aprovamos a Lei do Plano Estatal Central para 1982.

O Plano é a organização da nossa vida económica e social.

Definimos o nosso objectivo para esta década: vencer o subdesenvolvimento; construir as bases para passarmos à edificação duma Sociedade Socialista avançada no nosso País. Este é o nosso objectivo.

Mas não basta saber o que queremos. É preciso definirmos o caminho correcto para atingirmos o que queremos, é necessário definirmos a estratégia do nosso combate contra o subdesenvolvimento.

Isto significa inventariar os nossos recursos, significa organizar e canalizar as nossas forças para os objectivos que queremos alcançar.

O Plano Prospectivo Indicativo é o programa geral do nosso combate nesta década. Ele indica-nos os grandes objectivos, traça as grandes linhas de acção para estes dez anos.

Os planos anuais fixam os objectivos que em cada ano devemos alcançar para construirmos o grande edifício projectado no Plano Prospectivo Indicativo.

Através dos planos anuais, organizamos cientificamente o nosso avanço. Sabemos que não podemos atingir todos os nossos objectivos ao mesmo tempo. Por isso, temos que escolher os mais importantes em cada fase e, entre esses, aqueles que estão ao alcance das nossas forças.

Isto significa definir prioridades. As prioridades têm de ser definidas em termos exactos. Não basta dizer que queremos produzir mais milho, extrair mais carvão, fabricar mais tecido.

É preciso sabermos concretamente: quanto milho vamos produzir; quanto carvão vamos extrair; quanto tecido vamos fabricar.

Isto significa fixarmos as nossas metas de produção.

Mas as metas físicas de produção, por si só, não fazem um plano. De nada serve termos metas se não organizarmos e racionalizarmos os meios e a maneira de as realizar.

Por isso, o Plano define também: a força de trabalho necessária; as matérias-primas indispensáveis; o equipamento que vai ser importado e onde deve ser utilizado.

O Plano define ainda padrões de qualidade e acções necessárias à realização dos objectivos.

Os objectivos, as prioridades em cada fase, as metas, a organização dos meios, ainda não são o Plano. Fazem um documento, que pode ser guardado numa gaveta.

O Plano só é real quando vive na cabeça dos homens que o vão realizar, quando é compreendido e assumido pelos trabalhadores, pelo Povo. Por isso, fazer o Plano é exercer a Democracia Popular.

O Plano Estatal Central para 1982 assume uma importância particular. Ele é o primeiro Plano anual que em termos práticos se inscreve na realização do Plano Prospectivo Indicativo, aprovado na Oitava Sessão da Assembleia Popular.

Em 1980 e 1981 o nosso esforço foi essencialmente o de criar condições para desencadear vitoriosamente a batalha da década. Em 1982 temos de começar a realizar os objectivos que fixámos.

A experiência que acumulámos na luta contra o subdesenvolvimento mostra-nos que o PEO-82 é perfeitamente realizável. Basta que saibamos organizar as nossas forças e elevar a nossa disciplina.

O segredo está em sabermos utilizar correctamente todas as nossas forças, todos os nossos recursos e, em primeiro lugar, sabermos dominar o tempo, organizar o tempo.

É necessário termos a consciência de que o tempo deve ser rigorosamente aproveitado.

Cada segundo desperdiçado significa menos produção, significa esbanjamento da nossa força produtiva mais preciosa, que é o Homem.

Este é um aspecto gritante do esbanjamento.

Esbanjamos tempo quando a direcção da empresa não organiza o trabalho e por isso demoramos dias a executar uma tarefa que, em condições de organização, exigiria apenas algumas horas.

Esbanjamos tempo — tempo que não pode ser recuperado — quando os responsáveis não estudam o processo do trabalho e não sabem que a sementeira tem um período certo que não pode ser ultrapassado sem se perder a produção.

Esbanjamos tempo quando sectores

que concorrem para uma mesma tarefa não estão coordenados, e a máquina fica parada por causa duma peça, a produção aguarda o transporte que não vem, o camião fica es-

perando a defesa da nossa soberania, da integridade territorial do nosso País, da ordem e paz sociais, para garantir a defesa da Revolução.

Dela sai o dinheiro que paga os salários de todos os funcionários do Estado, em todos os seus sectores.

Dela sai o dinheiro que paga os carros e as máquinas de escrever, os medicamentos e os livros escolares, o papel e os computadores, o material cirúrgico e o aparelho de radar para a aviação, a central telefónica e os instrumentos do agrimensor.

O dinheiro de que dispomos não chega para todas as necessidades. Por isso, também aqui devemos definir as prioridades e respeitá-las com rigor. Devemos saber utilizar correctamente o dinheiro e os bens que compramos com ele.

O dinheiro atribuído a um serviço para comprar um automóvel, foi criado pelo trabalho do Povo. Quando decidimos comprar esse automóvel, tivemos de decidir que teríamos menos medicamentos, ou menos dois enfermeiros, ou menos dois professores, para que esse serviço pudesse ter esse carro.

Em cada caso, foi preciso escolher entre uma ou outra utilização do dinheiro. Em cada caso, sacrificámos uma necessidade, a uma outra que foi considerada mais importante.

Por isso, quem utiliza mal os bens do Estado, quem desperdiça, quem esbanja, quem por negligência faz diminuir o tempo de utilização dum instrumento de trabalho, está a desprezar criminosamente os sacrifícios que o nosso Povo consente para vencer o subdesenvolvimento, para construir um futuro de prosperidade e bem-estar.

Uma questão particular é a da valorização do dinheiro que o Estado despende com os salários dos seus funcionários. Não podemos permitir que esse dinheiro sirva para pagar: a incompetência; a ineficiência; a preguiça; o desleixo; a falta de sensibilidade para os problemas do Povo.

É uma regra nossa que cada trabalhador deve produzir o seu salário. Esta regra aplica-se em todos os sectores da nossa vida, mas deve aplicar-se em primeiro lugar nos serviços do Estado, porque aí os trabalhadores vivem directamente do dinheiro do Povo.

Não podemos admitir que os serviços do Estado sejam o albergue dos relaxados; dos incompetentes; dos indolentes; dos que querem descansar à sombra do Estatuto de Funcionário.

É necessário fixarmos altos padrões: de exigência; de disciplina; de organização; de eficiência; de rapidez na execução das tarefas.

É necessário combatermos resolutamente a tendência para suprir a insuficiência qualitativa dos funcionários aumentando o seu número, isto é, gastando mais dinheiro em salários.

Há muito que constatamos esta tendência.

Num serviço, temos por exemplo, um mau dactilógrafo que, por ser um mau dactilógrafo, não é capaz de dar resposta às necessidades. Em lugar de organizarmos a sua formação e lhe fazermos exigências de trabalho, admitimos outro mau dactilógrafo. E como os dois ainda não dão resposta, vamos admitir o terceiro, o quarto e o quinto mau dactilógrafos.

Mas pagamos a cada um deles o salário do trabalho que não faz. Só é dactilógrafo no salário.

Com o dinheiro que inutilmente o Estado gasta com estes funcionários, são menos medicamentos que temos, são menos professores para as escolas, é um machibombo que deixamos de comprar.

Desse modo, multiplicamos a incompetência, gastamos irresponsavelmente dinheiro do Povo.

Para combater esta situação, o Orçamento para 1982 limita os fundos de salários das instituições do Estado. Em cada sector devem ser tomadas medidas concretas, políticas e organizativas, para elevar a produtividade e eficiência dos funcionários estatais.

Esta é uma tarefa que faz parte integrante da Ofensiva Política e Organizacional.

Senhores Deputados,

O Plano Prospectivo Indicativo, o Plano e o Orçamento Estatais para 1982, são instrumentos que o nosso Povo conquistou para desenvolver o seu combate contra o subdesenvolvimento. São vitórias que alcançámos.

Cada uma das nossas vitórias é uma derrota do inimigo. Por isso, sabemos que o inimigo vai reagir, que o inimigo actuará por todas as formas para diminuir o alcance das nossas conquistas, para impedir a consolidação e o desenvolvimento das nossas vitórias.

Temos esta experiência. Quando, no III Congresso, criámos o Partido FRELIMO, Partido Marxista-Leninista, quando definimos o carácter socialista da nossa Revolução, tivemos de enfrentar uma deliberação desorganizada de muitos sectores, particularmente do comércio, visando: criar a insatisfação popular; criar a imagem de que o socialismo é símbolo de ineficiência; de falta de produtos; de bichas e de confusão.

Nessa altura, a maior parte dos comerciantes envolvidos nessa acção de desestabilização era composta por estrangeiros.

Em 1980 criámos condições sólidas para o combate da Década: elevámos a nossa organização; desenvolvemos a nossa capacidade de planificação e dirigimos o combate; consolidámos as estruturas socialistas do nosso País; desencadámos a Ofensiva Política e Organizacional; estendemos a Ofensiva à luta pela garantia da Legalidade Socialista.

A acção inimiga, para tentar travar o impulso do nosso avanço, para tentar diminuir o alcance das nossas vitórias, revestiu diversas formas.

Uma delas foi o surgimento e proliferação da candombeira.

Devemos reflectir sobre o significado desta acção.

Em primeiro lugar, não são já comerciantes estrangeiros que desorganizam o comércio, provocam o descon-

tentamento popular a se opõem às nossas Leis.

Os candombeiros são moçambicanos. São nossos primos, tios, sobrinhos, pais e filhos. São os maridos, são as mulheres. São moçambicanos portadores da mentalidade capitalista, da sua ganância, da sua sede de lucro pessoal, do seu espírito individualista, do seu espírito de explorador.

Este fenómeno não é novo. Durante a Luta Armada de Libertação Nacional, quando criámos as primeiras zonas e começámos a organizar a vida do Povo, surgiram nas nossas filiais elementos que tentaram transformar as nossas conquistas em fonte de benefícios pessoais, em instrumento de exploração do Povo.

Eles desviavam os bens destinados ao Povo para com eles praticarem a especulação.

Era, já então, a vocação exploradora, vocação capitalista, que se manifestava e procurava campo para se enraizar.

Era a luta de classes no seio do próprio Movimento de Libertação.

Quando falamos do capitalismo, do imperialismo, não estamos a falar apenas do inimigo externo, que nos ataca vindo de fora das nossas fronteiras, que organiza bandos armados para agredir o nosso Povo. Falamos também dos seus representantes internos, que vivem ao nosso lado, conversam connosco, agem misturados connosco.

Os candombeiros são uma parte deste inimigo interno.

Como todo o explorador, o candombeiro não tem Pátria, não tem povo.

O candombeiro é uma das faces do mesmo inimigo que sabota as nossas infra-estruturas; que massacra as populações; que ataca as aldeias comunais e cooperativas; que desorganiza a produção; que paralisa as fábricas; que destrói e desperdiça matérias-primas; que corrompe a juventude; que desorganiza as escolas; que promove a preguiça e a indiferença nos órgãos do Aparelho de Estado; que semeia a intranquilidade social; que pretende denegrir a imagem do nosso País.

O candombeiro é a personificação do individualismo, da ganância, do lucro fácil.

Ele é a personificação grosseira da consciência exploradora gerada pelo capitalismo.

(Aplausos). É o parasita sem escrúpulos, sem pudor, sem moral.

A sua ética é viver sem trabalhar. A sua profissão é de sugador do suor e do sangue do Povo.

Como todo o explorador, o candombeiro é um inimigo do socialismo, é um inimigo das classes trabalhadoras, é um criminoso em última análise. (Aplausos).

Ele está contra a construção do bem-estar e da felicidade do Povo, do desenvolvimento para satisfazer as necessidades fundamentais do Povo e a liquidação do candombeiro.

Desenvolvemos esforços gigantescos para aumentar a produção do milho, do arroz, de carne, de leite, de ovos, de batatas, de óleo, de sabão, de tecido — de tudo aquilo que o Povo necessita.

O nosso Estado preocupa-se em garantir a importação de tudo aquilo que ainda não somos capazes de produzir para satisfazer as necessidades do Povo.

Cada avanço nosso na produção, na organização, na distribuição dos produtos, é um golpe para ele — porque lhe rouba o campo de acção.

A sua única preocupação é roubar o Povo.

Em segundo lugar, o candombeiro

é um inimigo organizado, tem as suas redes organizadas.

Está organizado desde a fronteira, onde faz o contrabando; desde o porto de onde desvia produtos que importamos; desde o sector de produção da fábrica de onde rouba; desde o armazém; desde o grossista; desde a loja onde intercepta os produtos para os retirar dos circuitos legais de comercialização; desde as bichas que forma para comprar produtos que vai vender depois a preços especulativos.

Em terceiro lugar, o candombeiro viola abertamente a legalidade, opõe-se ostensivamente à Ofensiva pela Legalidade. E, ao opor-se, procura encontrar na própria legalidade armas para a combater.

E por isso que vimos os candombeiros procurarem deturpar o sentido da Ofensiva e organizar acções para desprestigiar as Forças de Defesa e Segurança.

E por isso que os vemos recorrer a menores para fazer o seu trabalho sujo, porque a Lei não permite a aplicação a menores das sanções que prevê.

A arma principal do candombeiro é a corrupção. A sua acção, a sua mentalidade, o seu espírito entra nas nossas casas; penetra nas nossas estruturas; corrompe as nossas instituições; transporta e transmite as ideias e a prática do capitalismo.

Chegámos a um ponto em que a candombeira já estava institucionalizada. Quem ousava atacar o candombeiro era criticado pelo público como se a candombeira fosse normal.

A Sociedade estava sendo corrompida, aceitava já a exploração como coisa normal.

Por isso dizemos: A luta contra a candombeira é um aspecto importante da luta de classes.

Vamos prosseguir-lhe energeticamente, sem contemplações.

Vamos matar o jacaré enquanto ainda é pequeno.

É fundamental a acção popular no combate aos candombeiros.

Ela tem assumido o carácter da luta de classe. Tem sabido denunciar os candombeiros, aguçar contra eles a vigilância revolucionária.

Saudamos o nosso Povo. (Aplausos).

A acção das Forças Policiais e dos Tribunais constitui um exemplo da Defesa da Legalidade Socialista.

Senhores Deputados,

Cada fase da luta, como vimos, produz os seus inimigos e os seus traidores. Mas produz, principalmente, os seus heróis.

Durante a Luta de Libertação Nacional, o nosso Povo deu inúmeras provas de heroísmo — heroísmo físico e heroísmo moral.

Foi o Povo que, nas condições mais duras de repressão, não preveniu sempre dos movimentos do inimigo.

Foi o Povo que se privou de comida para que os combatentes tivessem alimentação.

Foi o Povo que, exposto à chuva, ao sol escaldante ou ao frio, percorreu, de pés descalços, centenas e por vezes milhares de quilómetros, transportando à cabeça o material de guerra.

Foi o Povo que suportou as prisões, as torturas, os massacres praticados pelos colonialistas.

Foi o Povo que ofereceu os seus melhores filhos para que a nossa Pátria hoje esteja libertada.

Da mesma forma, é o Povo — fardado e desfardado — que hoje enfrenta a enfrentar as agressões do inimigo, é o Povo que na frente da produção e do estudo continua a fornecer-nos exemplos diários de heroísmo;

de abnegação; de total dedicação à causa revolucionária.

Por isso dizemos que o Povo é o grande herói, é o génio, é e será sempre a fonte permanente de inspiração.

Mas este heroísmo colectivo não surge de forma abstracta. Ele é feito do conjunto de inúmeras acções concretas de heroísmo individual — embora o total, que é o heroísmo do Povo, seja superior, qualitativamente, à simples soma de todas essas acções individuais.

De entre o número imenso de moçambicanos e moçambicanas que, da uma forma ou de outra, contribuíram com a sua coragem, a sua determinação, o seu heroísmo, para a causa da Libertação Nacional, alguns se destacaram de forma mais marcante pela grandeza da sua generosidade ou do seu sacrifício.

Também hoje, nesta fase em que construímos o socialismo, de entre milhares de trabalhadores que se engajam com verdadeiro heroísmo, na batalha económica; na frente da educação; e da saúde; no combate às agressões inimigas, alguns se salientam pela sua dedicação total, pela sua entrega sem reservas à causa popular.

São elementos que sintetizam em si, no seu comportamento, na sua vida, o heroísmo e as virtudes revolucionárias do Povo inteiro.

E a estes que chamamos os nossos heróis.

Eles constituem para nós exemplo, são modelo para as gerações vindouras; são fonte de inspiração porque são o espelho onde vemos reflectido todo o Povo Moçambicano.

Aprovámos, nesta Nona Sessão da Assembleia Popular, a Lei do Sistema de Condecorações, Títulos Honoríficos e Distinções, cujo projecto havia sido já aprovado pelo Comité Central do Partido FRELIMO na sua Oitava Sessão.

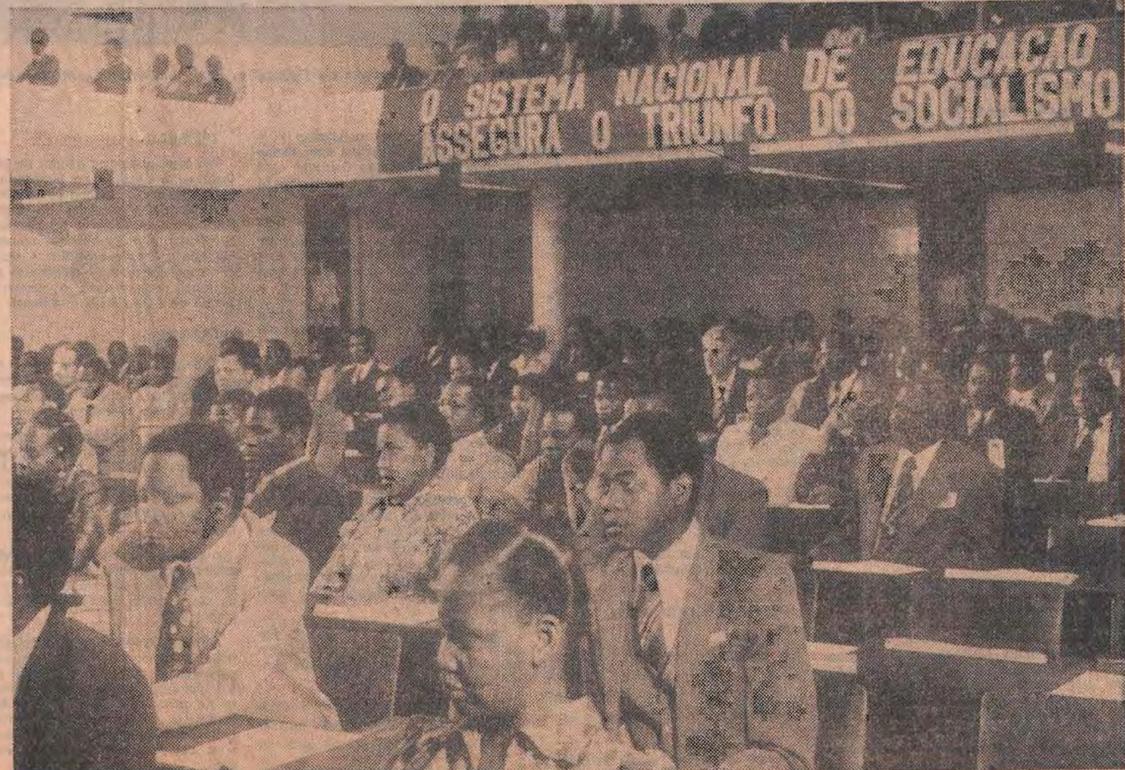
Esta Lei cria as condições para que o nosso Estado de operários e camponeses distinga os méritos relevantes alcançados nos campos político, ideológico, militar, económico, técnico, científico, cultural, artístico e desportivo.

As Condecorações, Títulos Honoríficos e Distinções deverão constituir não só um sinal visível do reconhecimento pelos feitos realizados, como um estímulo para novas realizações ao serviço do Povo, da Pátria e do Socialismo.

Senhores Deputados,



O Presidente Samora Machel, quando na tarde de ontem discursava na Assembleia Popular.



Deputados à Assembleia Popular, seguindo atentamente o discurso de encerramento.

SISTEMA DE EDUCAÇÃO É REVOLUCIONÁRIO E POPULAR

(Continuado da pág. anterior)

da interacção dinâmica e recíproca dos seus componentes.

Falamos de Sistema de Educação porque queremos acabar com as acções isoladas de formação, em que cada estrutura reage às suas necessidades estritas, desenvolvendo as suas próprias iniciativas de educação, que não se inserem em nenhum plano organizado e harmonizado com a realidade global do País.

Isto correspondeu a uma certa fase, em que ainda não tínhamos alternativas. Entretanto crescemos e chegou o momento de ultrapassarmos essa fase.

Continuaremos a haver acções de formação ao nível de diversas estruturas, para responderem a necessidades específicas — mas essas acções subordinar-se-ão aos princípios e à metodologia do Sistema Nacional de Educação.

Chegámos ao momento em que sentimos objectivamente a necessidade de pôr em prática um sistema de educação que, no conteúdo, na forma e nos métodos, conduza à criação do Homem Novo.

Por isso, criámos esta concepção moçambicana, esta nova estratégia de educação que abarca toda esta realidade complexa.

O Sistema resulta: do conhecimento profundo do nosso País; do conhecimento profundo da complexidade da nossa Sociedade.

Ele é produto directo das experiências da Luta Armada de Libertação Nacional, no campo da educação.

Tomámos em consideração aquilo que já é património da humanidade, aquilo que já é património de todos os Povos.

A nossa educação tem de projectar o homem moçambicano no futuro, respondendo às exigências da criação de um homem novo, homem livre e digno, que garanta a continuidade da Revolução.

A nossa educação, hoje, tem de responder às necessidades crescentes da planificação da economia e do desenvolvimento económico, social e cultural.

É a este salto qualitativo, no campo da economia, da ciência, da técnica da cultura que a nossa educação tem de responder.

É a resposta é, justamente, o Sistema Nacional de Educação.

Dizíamos que ele é plano estratégico através do qual a nossa educação não só acompanhará as transformações económicas e sociais do nosso País, como será um factor dinamizador dessas mesmas transformações.

Em segundo lugar, compreendemos a razão por que é Nacional este Sistema de Educação.

É Nacional porque envolve o nosso Povo do Rovuma ao Maputo.

É Nacional porque dará acesso à educação, de uma forma integrada a todas as moçambicanas, e a todos os moçambicanos, independentemente da sua origem, independentemente do local onde vivem.

Ele será uma arma poderosa no combate pela consolidação e desenvolvimento da Unidade Nacional.

Em resumo, o Sistema Nacional de Educação será o instrumento através do qual todo o nosso Povo, do Rovuma ao Maputo, exercerá plenamente o seu direito à educação.

O Sistema Nacional de Educação dá-nos a verdadeira dimensão do que é: a democratização do ensino; a massificação do ensino.

Democratização do ensino significa oportunidades iguais para todos ascenderem à educação; significa criar condições para as classes trabalhadoras assumirem os seus direitos e deveres no contexto da consolidação contínua do Poder Popular.

Massificação significa ensino obrigatório mínimo para todos os jovens; significa engajamento de todos os adultos na elevação geral dos seus conhecimentos: através da alfabetização; através da educação de adultos.

O Sistema Nacional de Educação é revolucionário e é popular: nos seus princípios; nos seus objectivos; no processo da sua materialização.

Através da apreciação do Sistema Nacional de Educação podemos aprofundar o nosso próprio conceito de educação.

Todos estamos claros de que a educação, para nós, significa em primeiro lugar preparar o Povo para exercer o poder, significa reproduzir a ideologia da nossa classe, significa criar o Homem Novo.

Mas compreendemos melhor, agora, a grandeza e a complexidade desta tarefa.

Compreendemos melhor, agora, o que significa educação num País de economia subdesenvolvida; o que significa educação num País que está a construir o Socialismo; o que significa aplicar à nossa realidade concreta e à fase actual da nossa revolução a teoria Marxista-Leninista da educação.

Educação significa para nós, neste momento, prepararmos os nossos operários para dominarem em toda a sua

complexidade, tecnologias cada vez mais avançadas.

Educação significa prepararmos os nossos camponeses para abandonarem as técnicas primitivas de cultivo e aprenderem a produzir segundo métodos científicos.

Educação significa criarmos os nossos técnicos, os nossos cientistas, os nossos intelectuais — técnicos, cientistas e intelectuais com uma mentalidade nova, virados para servir o Povo e a Revolução.

Aprofundámos e enriquecemos o nosso conceito de que a educação é uma arma fundamental na luta de classes.

É na escola que os trabalhadores, ao aprenderem a dominar a natureza, ao adquirirem concepções científicas sobre o mundo, o homem, e a sociedade, se preparam para o exercício efectivo do poder.

É na escola que os nossos filhos, através do estudo da nossa História, e da História dos outros povos, aprendem a definir o Inimigo.

É na escola que aprendem o sentido da nossa luta para virem a ser os continuadores dessa luta, os continuadores da Revolução.

É na escola que os nossos filhos aprendem os valores novos, as novas ideias, a ideologia das classes trabalhadoras.

É na escola que conhecemos o exemplo exaltante da vida dos nossos heróis.

Temos planos elaborados numa base científica que nos permitirão, num prazo historicamente muito curto, eliminarmos a fome, a nudez, a doença, a miséria.

Perante os nossos projectos, perante os nossos objectivos, perante a nossa determinação, ergue-se porém uma montanha:

Essa montanha é o analfabetismo; é a ignorância; é a superstição; é o obscurantismo; é o fatalismo.

Que constituem a herança de quinhentos anos de colonização.

É essa montanha que não nos deixa ver o sol; é ela que impede o nosso avanço pelo caminho que conduz ao futuro radioso que é a Sociedade Socialista.

Para avançarmos temos que remover essa montanha.

O Sistema Nacional de Educação é a grande alavanca com a qual vamos remover a montanha da ignorância do solo da nossa Pátria.

Uma montanha não se remove num dia: Exige uma luta prolongada.

Mas essa luta será tanto mais curta quanto mais correcta for a nossa estratégia, e maior a nossa determinação.

Combatemos o colonialismo durante séculos, mas de uma forma dispersa e desorganizada.

Desde que criámos a Frente de Libertação de Moçambique, Instrumento da Unidade Nacional, desde que defli-

passos maiores, percorrer distâncias mais longas em menos tempo.

O avanço qualitativo da nossa luta permite-nos hoje programar o nosso caminho com maior rigor e a mais longo prazo.

O Sistema Nacional de Educação é uma prova concreta deste avanço qualitativo.

Há cinco anos, ou há três, ou há dois, não tínhamos capacidade para elaborar esta estratégia detalhada para o combate contra a ignorância.

Sempre tivemos o desejo de libertar o nosso Povo da ignorância — e a convicção profunda de que o conseguiríamos. Mas faltava-nos a perspectiva clara de como atingir esse objectivo grandioso.

O Sistema Nacional de Educação dá-nos hoje essa perspectiva, dá rigor científico à nossa vontade e à nossa convicção.

Fomos capazes de criar o Sistema Nacional de Educação porque organizámos correctamente os poucos meios de que dispomos, utilizámos correctamente os quadros, soubemos atribuir à educação a prioridade que ela merece.

Não podemos deixar de registar com profunda satisfação a alta qualidade científica do trabalho que o Ministério da Educação e Cultura apresentou. É um trabalho que conseguiu combinar harmoniosamente: a estratégia do Partido em relação à Política Educacional; o rigor científico; e as exigências colocadas pelo PPI.

realidades, às necessidades durante a Década de 1981-1990.

Ele é apresentado no primeiro ano da Década da Vitória Sobre o Subdesenvolvimento. É uma resposta às linhas de desenvolvimento traçadas e, como componente essencial do Plano Prolectivo Indicativo, é um instrumento decisivo na batalha pela conquista da nossa Independência económica.

Ficámos bem claros sobre um ponto fundamental: os objectivos que, através do Sistema de Educação, atingiremos nesta Década, apesar de grandiosos, estão muito longe de serem objectivos finais.

O Sistema de Educação, essencialmente, lança as bases para a preparação das gerações vindouras. É um instrumento a longo prazo, que só se reproduzirá eficazmente nas próximas Décadas, respondendo às exigências cada vez mais elevadas do desenvolvimento sócio-económico e cultural do nosso País.

É um sistema perspectivado e planificado para ser um contributo para as transformações que se irão produzindo na nossa sociedade.

Por isso o Sistema Nacional de Educação ultrapassa a Década, projecta-se no futuro, abrangerá os nossos filhos e os nossos netos.

Será um sistema em constante crescimento — crescimento organizado, planificado, coordenado e harmonizado com o crescimento económico, social e cultural do nosso País.

seríamos independentes, hoje, se o sonho da independência não tivesse tantas vezes agitado o nosso sono durante a longa noite colonial.

Mas é certo que não basta sonhar. É preciso ter a coragem de assumir os sonhos, de os transformar em planos de combate, em acções concretas. Só assim seremos amanhã o que sonhamos hoje.

(Aplausos).

O Sistema Nacional de Educação é a estratégia, é o plano de combate para realizarmos o grande sonho de matar o analfabetismo, a ignorância, a superstição. Do nosso engajamento, da forma como o assumirmos, dependerá que esse sonho se torne realidade.

Senhores Deputados

O Sistema Nacional de Educação é um processo global que agrila para a formação de uma nova qualidade de homem moçambicano: um homem cientificamente qualificado; um homem profissional e tecnicamente capacitado; um homem culturalmente libertado e desenvolvido.

Este processo moldará a personalidade do Homem Moçambicano, para que ele assuma sempre com dignidade e com orgulho a sua história, a sua cultura, os valores da Revolução.

Educará o Homem Moçambicano no gosto pela beleza, desenvolverá sentido estético.

Neste processo produzirão-se choques e contradições. Mas não devemos temer as contradições, pois são elas que produzem o movimento. Sem contradições ficaríamos estagnados, morreíamos. A questão é encontrarmos a solução correcta das contradições.

O Sistema de Educação vai chocar, em primeiro lugar, com as concepções herdadas da educação tradicional na sociedade moçambicana — concepções baseadas no desconhecimento das Leis objectivas da natureza, baseadas na ignorância e na superstição.

A grande maioria do nosso Povo, como sabemos, foi submetida a este tipo de educação, que visa perpetuar os valores retrógrados da sociedade tribal-feudal.

Em segundo lugar, o Sistema vai chocar com as concepções inculcadas em muitos de nós pela educação colonial-capitalista — educação que visava difundir no nosso Povo a ideologia burguesa, metafísica e reaccionária, para melhor nos dominar.

Trata-se aqui, uma vez mais, do combate entre as ideias novas e as ideias velhas. É um combate que não pode nem deve ser travado apenas pelo Ministério da Educação. É um combate de todo o Partido, de todo o Estado; de todos os Revolucionários; de todos os Patriotas; de todo o nosso Povo.

É, em suma, um combate que tem de ser assumido por toda a sociedade engajada na sua própria transformação.

(Aplausos).

Este combate tem de começar ao nível da família: os pais, que são os primeiros educadores, têm de começar por combater em si próprios as ideias velhas, os hábitos retrógrados que chocam com a vida nova que estamos a construir.

Todos estamos conscientes de que este é um combate decisivo por o avanço da nossa Revolução Socialista. Durante a guerra de Libertação Nacional, já tínhamos concluído que o segredo da vitória estava na formação e na educação do homem.

— Formação e educação do homem para vencer a guerra e desenvolver a Pátria.

Senhores Deputados

O Sistema Nacional de Educação não pode ser visto em abstracto. Ele diz respeito, de uma forma muito concreta, a todos nós. É através deste sistema que será educada a nossa geração e a dos nossos filhos.

Dissemos atrás que é uma estrada sem fim. Mas queremos acrescentar: Estrada da Unidade.

Porque, enquanto forem percorrendo esta estrada, gerações e gerações de moçambicanos do Rovuma ao Maputo irão forjando concepções comuns, ideias comuns, pensamento comum.

Pois, quanto mais a caminhamos, quanto mais passos nela imprimirmos a sua certeza, mais sólida se torna, mais seguramente a percorreremos. Quanto mais a caminhamos, mais ela se torna a nossa estrada.

Da mesma forma que, quanto mais antigo é um rio, mais pura e cristalina é a sua água, também o nosso Sistema de Educação, à medida que passarem os anos, irá produzindo ideias cada vez mais vermelhas. O Sistema Nacional de Educação é um rio caudaloso que renova e purifica as águas.

— Não investirmos no Sistema de Educação, investimos no nosso futuro, no futuro dos nossos filhos, no futuro da nossa Pátria. Ao investirmos na Educação, investimos na consolidação e aprofundamento da Revolução Socialista.

Vivemos nesta Sessão momentos exaltantes da História do nosso desenvolvimento.

O Sistema Nacional de Educação é mais uma grande vitória do nosso processo revolucionário.

— Vitória que temos de defender e consolidar.

A sua implementação vai exigir esforço de todos nós, de todo o Povo Moçambicano.

Como deputados, temos uma grande responsabilidade na realização do Sistema Nacional de Educação.

— Temos de ser os primeiros a desencadear, nas nossas próprias casas, o combate contra as ideias velhas e os hábitos retrógrados; a Educação que damos aos nossos filhos deve ser uma educação correcta, coerente com os nossos princípios.

Como Deputados, temos de estar na primeira linha para estender este combate aos nossos vizinhos, aos nossos companheiros de trabalho, a toda a população.

Como Deputados, temos de realizar este grande trabalho de mobilização e organização da população para assumir a importância do Sistema. Mobilização e organização para que cada pai, cada mãe, cada encarregado de educação, ganhem esta perspectiva que aqui recebemos e compreendamos profundamente o sentido da batalha que hoje travamos.

Como Deputados, temos de manter sempre viva esta sensibilidade que aqui ganhámos nesta nona Sessão da Assembleia Popular. Temos de transmitir a aos milhões de moçambicanos que não tiveram a oportunidade de estar fisicamente presentes nesta sala, durante estes dias.

É essa a nossa grande tarefa, ao regressarmos agora aos nossos locais de trabalho e de residência. Explicar a todos os compatriotas o significado do Plano Estatal Central; do Orçamento Geral do Estado; do Sistema Nacional de Educação.

Se fomos capazes de multiplicar por milhões os novos conhecimentos, a nova sensibilidade que aqui adquirimos, esses conhecimentos e essa sensibilidade tornar-se-ão força material, transformar-se-ão em arma poderosa para derrotarmos o subdesenvolvimento e construirmos o Socialismo.

As ideias que aqui ouvimos e que enriquecemos com as nossas contribuições, são apenas uma semente — semente que precisa de ser lançada à terra para germinar.

É nossa responsabilidade, como Deputados, transportar esta semente para fora do espaço limitado desta sala, e lançá-la no solo fértil e generoso que é o nosso Povo.

Façamos com que esta semente germine e dê frutos em cada aldeia; em cada bairro; em cada fábrica; em cada empresa; em cada repartição; em cada família moçambicana.

Assim — e só assim — cada um de nós terá cumprido a sua tarefa como Deputado.

— Só assim cada um de nós terá correspondido à confiança que o Povo depositou em nós.

A terminar, Senhores Deputados, queremos saudá-los pela forma calorosa, engajada e entusiástica com que participaram nos trabalhos da Nona Sessão da Assembleia Popular e pela riqueza das vossas contribuições.

A Assembleia Popular mostrou ser o legítimo representante do nosso Povo, cuja preocupação aqui soube trazer e cujos interesses aqui defenderam, uma vez mais, de forma exemplar.

Em cada Sessão, novas exigências se colocam não só do ponto de vista de organização, mas também da própria qualidade de trabalho que permitiu o bom andamento das Sessões da Assembleia Popular.

Testemunhamos o nosso apreço a todos aqueles que através do GOSAP estiveram envolvidos na organização desta IX Sessão da Assembleia Popular.

Aos Secretários, aos Dactilógrafos, aos trabalhadores da Limpeza, aos trabalhadores do serviço de Apoio, aos Motoristas, aos trabalhadores do GOSAP em geral, devemos o facto de termos realizado a Nona Sessão de uma forma organizada e eficiente.

Senhores Deputados

Senhores Convidados

Desejamos a todos os maiores sucessos no vosso trabalho e na vossa vida pessoal e que celebrem com alegria, no seio das vossas famílias, a quadra festiva que se aproxima.

Que todos tenham um Ano Novo feliz, um Ano Novo repleto de novos sucessos para o combate em que estamos engajados.

A LUTA CONTINUA!
INDEPENDÊNCIA OU MORTE!
VENCEREMOS!

A REVOLUÇÃO VENCERÁ!
O SOCIALISMO TRIUNFARÁ!



A representante dos trabalhadores da Educação, lendo uma mensagem em apoio ao SNE.

É na escola que aprendem a amar o Povo; a admirar o seu heroísmo e a sua determinação; buscarem sempre no Povo a fonte de inspiração e de novas energias.

É na escola que aprendem o sentido de Pátria, que desenvolvem o sentimento patriótico, que ganham o amor à Pátria.

Através do estudo do Sistema Nacional de Educação assumimos melhor a palavra de ordem do nosso Partido de que a Educação é uma tarefa de todos nós.

Compreendemos melhor até que ponto o sucesso dos nossos projectos, o sucesso da década, o futuro da Revolução — depende, em última análise, do trabalho que realizarmos na frente da Educação.

Senhores Deputados

A Resolução sobre o Sistema Nacional de Educação, que aqui aprovámos, é o caminho para liquidarmos as bases do subdesenvolvimento no nosso País.

Moçambique tem vastos recursos naturais.

O nosso Povo é um Povo generoso, trabalhador, empreendedor, organizado. É um Povo determinado a transformar a sua vida, determinado a construir o Socialismo.

Temos o nosso Partido FRELIMO, que é um Partido forte, enraizado nas massas, com uma linha política clara e correcta.

nimos correctamente o Inimigo e a estratégia correcta para a luta, bastaram-nos dez anos para derrubar essa outra montanha que era a dominação colonial portuguesa.

Também na guerra em que hoje estamos engajados contra a ignorância o essencial é que saibamos unir os nossos esforços no quadro de uma estratégia adequada.

Essa estratégia já a temos, neste momento: É o Sistema Nacional de Educação.

(Aplausos).

Nele estão contidas também as táticas para cada fase e para cada frente de combate. As fases traduzem-se nas etapas de implementação do Sistema; as frentes de combate, exprimem-se nos diversos subsistemas.

Comegámos a guerra contra o colonialismo com um pequeno grupo mal armado. Mas porque a nossa luta era justa, porque tínhamos uma linha política correcta, o apoio e a determinação do Povo, fomos capazes de crescer e de travar vitoriosamente o combate.

Também hoje os meios de que dispomos são limitados em relação aos grandes objectivos que queremos atingir.

Também hoje teremos que avançar passo a passo, teremos que crescer no próprio processo do combate.

Mas estamos, hoje, numa fase mais adelantada da nossa Revolução — fase que nos permite dar de cada vez

(Aplausos).

Por isso, queremos saudar os trabalhadores e quadros do Ministério da Educação e Cultura que estiveram envolvidos na elaboração do Sistema Nacional de Educação. Souberam assumir um alto espírito de responsabilidade política e científica e responder correctamente às exigências educacionais que coloca o desenvolvimento do nosso País. Parabéns!

(Aplausos).

Sobretudo, saudamos porque criaram e elaboraram o Sistema Nacional de Educação, a partir da síntese da nossa própria experiência.

O Sistema Nacional de Educação materializa um dos mais importantes objectivos históricos da nossa Luta: a erradicação do analfabetismo, da ignorância e da superstição, raízes do fatalismo, suportes do subdesenvolvimento.

Atingiremos estes objectivos gradualmente, por etapas. Um Sistema de Educação tem de atender ao ponto de onde partimos e aos meios de que dispomos.

A materialização daqueles objectivos tem de tomar em conta a situação generalizada de analfabetismo no País; e implantação deficiente ou inexistente da rede escolar em muitas áreas rurais; o baixo nível de formação profissional da nossa força de trabalho; e a complexidade social do nosso País.

O Sistema Nacional de Educação torna-se como ponto de partida as nossas